AÇÃO CONJUNTA EM RIBEIRÃO PIRES COM PARTICIPAÇÃO DO CRECISP IDENTIFICA CONSTRUÇÕES ILEGAIS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO

Em nova ação conjunta de fiscalização realizada na quarta-feira, 16 de julho de 2025, no município de Ribeirão Pires, agentes públicos e representantes de diversas instituições ambientais e de defesa do consumidor constataram graves irregu-

laridades urbanísticas e ambientais em região localizada na Estrada dos Fernandes, classificada como Área de Preservação Permanente (APP) e Área de Proteção Ambiental (APA).

A operação contou com a participação do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (CRECISP), somando esforços aos dos batalhões da Polícia Militar Ambiental, da SEMIL (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística), do PROCON e das Secretarias do Verde e Meio Ambiente de oito municípios da região do Grande ABC.

Durante a fiscalização, foram identificadas construções irregulares em zonas ambientalmente sensíveis, além de desmatamento acentuado de vegetação nativa. As equipes de fiscalização da Prefeitura de Ribeirão Pires lavraram três autos de embargo de obras. Contudo, não foram localizadas placas ou anúncios de comercialização nem a presença de corretores ou representantes de imobiliárias.

Atuação do CRECISP foi preventiva va e educativa

A participação do CRECISP teve caráter preventivo, visando apoiar a identificação de eventuais práticas de intermediação imobiliária ilegal e reforçar a importância da assessoria



Disponível no Google Play

Disponível na
App Store

X in

profissional na aquisição de imóveis.

"A presença do corretor de imóveis habilitado é uma proteção essencial ao comprador. É ele quem orienta sobre a regularidade do lote, a documentação fundiária e os riscos legais que um imóvel pode apresentar. O CRECISP tem atuado com firmeza para coibir práticas lesivas à sociedade e zelar pela segurança jurídica nas transações", afirmou José Augusto Viana Neto, presidente do CRECISP.

Recomendações à população

O CRECISP alerta para os riscos de adquirir terrenos sem a devida verificação da regularidade ambiental e urbanística. Em muitos casos, os compradores só descobrem que o imóvel está em área de preservação quando já enfrentam embargos ou demolições.

Antes de comprar qualquer lote, especialmente em regiões com restrições ambientais, recomenda-se:

- Verificar a situação fundiária e ambiental do imóvel junto aos órgãos competentes;
- Consultar a prefeitura e a CETESB sobre permissões e restrições legais;
- Exigir a intermediação de um corretor de imóveis registrado no CRECISP, que poderá orientar sobre os riscos da transação.



